

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 4 | edição nº 1 | 2015

"Paz e propaganda de paz"

Norberto Bobbio

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

“PAZ E PROPAGANDA DE PAZ”¹

Norberto Bobbio

Resumo: O texto analisa a paz como um valor no discurso pacifista do bloco soviético, no âmbito da guerra fria entre EUA e URSS, especialmente a partir de declarações dadas por Stálin, analisadas sob dois pontos de vista lógicos, a sua natureza e a sua eficácia.

Palavras-chave: paz, propaganda de paz, valor.

“PEACE AND PEACE PROPAGANDA”

Abstract: This paper examines the peace as a value in the pacifist discourse of the Soviet bloc within the Cold War between USA and USSR, especially from statements given by Stalin, analyzed from two logical points of view, its nature and its effectiveness.

Keywords: peace, peace propaganda, value.

¹ Este texto foi publicado originalmente em *Occidente*, ano VIII, n. 5. Tradução Erica Salatini. Agradecemos ao Instituto Norberto Bobbio pela gentileza da cessão dos direitos de tradução e publicação deste texto.

As declarações de Stálin sobre o movimento dos *Partisans da Paz*, contidas no artigo *Problemi economici del socialismo nell'URSS* [Problemas econômicos do socialismo na URSS], confirmam algumas dúvidas que foram formuladas várias vezes sobre a natureza e sobre a eficácia deste movimento. Dada a autoridade da voz em relação a qual estas dúvidas encontram confirmação, pode ser oportuno recolher e precisar algumas considerações gerais sobre a questão, que parecem, sobretudo hoje em dia, dignas de serem expostas ordenadamente, com o objetivo não tanto de assumir fáceis comportamentos de aprovação ou condenação, quanto de dissipar equívocos e polêmicas fundadas unicamente sobre a paixão parcial e de começar um discurso em que, no choque violento e estéril das acusações, substitua-se uma troca de argumentos históricos e lógicos, suscetíveis de exames posteriores.

As considerações que seguem são expostas por ocasião e em vista da anunciada convocação do *Congresso dos Povos*, que acontecerá em Viena, em 12 de dezembro [de 1952]. Já que para tal congresso foram convidados e participarão comissões e pessoas que não pertencem ao movimento dos *Partisans da Paz* e é, portanto, previsível um diálogo entre os diversos pontos de vista, as dificuldades aqui elencadas – que se referem, como se verá, em primeiro lugar, à natureza do movimento, e em segundo lugar, à sua eficácia – são propostas com o objetivo de indicar alguns pontos controversos, que poderiam ser, também no futuro, objeto de uma discussão esclarecedora.

1.

A paz é um fim altamente desejável para o homem, mas não é dito que seja, em sentido absoluto, o último objetivo. É o último objetivo apenas para quem considera que a *vida* seja o bem supremo. De fato, desejar a paz quer dizer desejar aquela situação nas relações humanas em que é mais fácil conservar a própria vida e dos próprios familiares. Se colocamos alguns bens superiores à vida, como, por exemplo, a liberdade e a justiça, a paz também deixa de ser desejável de modo eminente. Se desejo a liberdade mais que a vida, não posso considerar a paz como fim supremo, o que significa que não estou disposto a obter a *paz a qualquer custo*, à custa de perder também a liberdade. Aceito a guerra, não porque não amo a paz em si, mas porque amo o bem que pode ser garantido pela guerra (a liberdade), mais que o bem que só pode me garantir a paz (a vida). O mesmo se pode dizer sobre a justiça. Trata-se, como sempre, de uma hierarquia de fins e, portanto, de valores. A paz não é o fim por excelência, mas um dos fins possíveis. O meu comportamento diante dos que sustentam a paz depende do lugar que atribuo à paz na minha hierarquia de valores. Por exemplo: atualmente me encontro em uma situação econômica que me permite manter

decorosamente a minha família, e o Estado do qual sou cidadão me concede, de maneira suficiente, as liberdades pessoais que considero necessárias para a felicidade na vida. É presumível que em tais condições eu seja sensível à propaganda de paz, porque, tendo já garantida a atuação de alguns valores altamente desejáveis como a liberdade e o bem-estar, a paz se torna um fim supremo: sei que, se a paz não durasse, perderia seja a liberdade, seja o bem-estar. Mas, se sou escravo e explorado, as coisas mudam: diante da não obtenção dos fins desejáveis, como a liberdade e a justiça, é presumível que o problema da paz passe a segundo plano. A paz, portanto, almeja, geralmente, conservar um *status quo* particularmente satisfatório. A paz é, essencialmente, conservadora. Existe um exemplo histórico ilustre e eficazmente paradigmático de construção política fundada sobre o pressuposto de que o instinto fundamental do homem seja o instinto vital e, portanto, que a lei suprema da sua conduta seja a conservação da paz: é o estado hobbesiano. Este estado, como se nota, é um estado contrarrevolucionário, idealizado justamente para demonstrar a legitimidade da restauração contra as reivindicações da revolução.

Mas, se a paz tem função essencialmente conservadora, surge uma suspeita legítima de que não pode ser sinceramente pacifista quem não tem interesse em manter o *status quo*. Acontece que os atuais *Partisans da Paz* pertencem, principalmente, a movimentos políticos de esquerda, quer dizer, movimentos que não têm interesse em manter o *status quo* e se propõe a modificá-lo, não importando se, para tal mudança, deva-se fazer apelo à violência (que é, obviamente, o contrário da paz). Que os social-democratas da Segunda Internacional fossem pacifistas, entende-se: eram seguidores do método essencialmente pacífico da reforma gradativa, obtida mediante várias formas de compromisso. Que sejam pacifistas os movimentos operários – aliás os maiores defensores da paz nestes anos – que têm como referência, com maior ou menor adesão à Terceira Internacional e que viram falir, miseravelmente oprimidos pela reação fascista, os esforços pacifistas da social-democracia, parece mais dificilmente compreensível. Explica-se a desconfiança com a qual os *Partisans da Paz* são vistos também por parte de pessoas e grupos que não podem ser acusados de serem belicistas. Pode parecer que exista algo de ambíguo em um movimento político pacifista que seja promovido e sustentado por adeptos de conhecidas teorias revolucionárias, ou seja, de teorias que colocam o ideal da justiça por cima daquele da paz. Tentou-se ver, por baixo da superfície, objetivos secretos e torpes, de descobrir simulações, maquinações, armadilhas, uma prova de má-fé gigantesca.

Não é necessário, em nossa opinião, recorrer a estas explicações, que para serem demasiado astutas correm o risco de ser pueris. Basta examinar com atenção a natureza do

movimento que resulta de declarações explícitas. Os *Partisans da Paz* não constituem um movimento pacifista em sentido genérico. Não podem ser confundidos, por isso, com aqueles movimentos que defendem a paz como tal, em todos os lugares e em todos os tempos contanto que seja paz, independentemente de qualquer consideração de circunstâncias históricas. É um movimento realista e não utópico. Eles mesmos não deixaram de colocar várias vezes em evidência a diferença que existe entre a ação deles e a dos pacifistas genéricos, e os ridicularizam com prazer. Eles não são defensores da paz a qualquer custo, da paz como objetivo final, mas de uma *determinada paz em um determinado momento histórico*. Não dizem: “a paz é um bem”; mas sim: “é bom que exista paz hoje entre os dois blocos de potência que disputam a supremacia mundial”. Mas porque eles sustentam que seja bom que a paz reine hoje entre os dois blocos? Porque a guerra ameaçaria destruir as conquistas sociais alcançadas nos países do socialismo. Mas então é claro que também para este novo movimento da paz, por mais que seja constituído, em grande parte, por adeptos de teorias revolucionárias, a paz tem *uma função essencialmente conservadora*. Onde aconteceu a revolução, o revolucionário se torna, necessariamente, defensor da conservação do *status quo*. E, já que para garantir o *status quo* é necessário um período de paz, não existe nenhuma contradição no fato de o revolucionário aderir a um movimento pela paz.

Falta ver, no mais, como se pode conciliar a propaganda de paz, que é inevitavelmente conservadora, com a continuidade vitoriosa de fins revolucionários nos países em que a revolução não foi ainda completa. Aqui parece que a conciliação é mais difícil. De fato, pode-se pensar que se a propaganda dos *Partisans da Paz* fosse realmente destinada a obter um efeito próprio; derivaria disso uma consolidação do regime capitalista nos países ainda não socialistas. Para quem, de fato, sustenta que o capitalismo seja minado por contradições internas e resulte inevitavelmente na guerra (e se entende, de acordo com a velha e renovada teoria, na guerra entre países capitalistas), a contribuição que os *Partisans da Paz* dão, admitindo que contribuam, à manutenção da paz, não pode mais que ajudar a impedir que os regimes capitalistas, onde estejam, dividam-se e, portanto, contribuam definitivamente com a manutenção de tais regimes.

Estas considerações, que já foram formuladas no contexto da crítica do movimento, poderiam parecer até hoje ditadas pela incompreensão ou até mesmo pela animosidade. Só que hoje são oficialmente confirmadas pelas teses expressas por Stálin no artigo citado. Reportamo-las textualmente: “A coisa mais provável é que o atual movimento pela paz, entendido como movimento para manter a paz, em caso de sucesso, levará a esconjurar uma guerra *determinada*, a adiá-la por um certo tempo, a manter por um certo tempo uma paz

determinada, a levar um governo belicista à demissão substituindo-o por outro governo, disposto a salvaguardar a paz por um certo tempo. Isto, naturalmente, é uma coisa boa. Aliás, é uma coisa ótima. Todavia, isto não basta para eliminar a inevitabilidade das guerras entre os países capitalistas. Não basta, porque, não obstante todos estes sucessos do movimento pela defesa da paz, o imperialismo continua a existir, conserva as suas forças, e por consequência, continua a existir a inevitabilidade das guerras. *Para eliminar a inevitabilidade das guerras, é necessário destruir o imperialismo*” (o grifo é meu). Observe-se que nesta passagem se diz que a paz – que é, preste atenção, uma paz *determinada* e não a paz em geral – é uma coisa boa, aliás, ótima, mas não representa o fim supremo, e que o fim supremo é a *destruição do imperialismo*. Isto confirma, portanto, aquilo que dissemos até aqui, vale dizer, que a meta a qual tendem os *Partisans da Paz* não é uma meta final, mas instrumental, na espera que outros movimentos sejam capazes de alcançar a meta final.

Mas, esclarecida nestes termos a natureza do movimento, não se diminui a sua eficácia?

2.

O discurso sobre a eficácia da ação do movimento dos *Partisans da Paz* é maior e mais complexo. Começamos a constatar que esta ação é fundada sobre uma determinada avaliação da situação contemporânea. A avaliação é a seguinte: dos dois grandes blocos de Estados em que estão divididos atualmente o mundo, um, o soviético, é pacífico, o outro, o americano, é belicista. Deixamos em suspenso o juízo sobre a exatidão ou não desta avaliação. Limitamo-nos a observar que certamente existem pessoas amantes da paz também entre aqueles que sustentam a tese oposta, segundo a qual, dos dois blocos, o soviético é mais belicoso que o americano. Estas pessoas estão automaticamente excluídas do grupo dos *Partisans da Paz*. Mas não são, estes também, a seu modo, *partisans* [partidários] da paz? Pode-se amar a paz, mesmo que se tenha uma ideia diferente daquela dos *Partisans da Paz* sobre as causas das guerras. Em outras palavras, é possível um acordo entre pessoas amantes da paz em defesa da paz, independentemente do julgamento que uns e outros dêem sobre a política das grandes potências. O acordo sobre o julgamento que a paz é um bem é aquele que os moralistas chamam um acordo sobre os comportamentos. O acordo sobre o fato de que a União Soviética seja um país pacifista (ou vice-versa) é um acordo que se chama sobre as crenças. Ora, sabe-se que as duas formas de acordo não se implicam necessariamente, e que uma não requer necessariamente a outra para fins de uma ação comum em defesa ou em provimento do bem que é objeto do acordo sobre os comportamentos. Dois comilões

conseguem facilmente fazer um acordo para um bom almoço, já que o acordo deles recai sobre a opinião comum que eles têm em torno do que é desejável para um bom almoço. Não é necessário que eles estejam de acordo sobre a crença, suponhamos, de que o assado é melhor que o cozido. Uma associação para o progresso da ciência é fundada sobre o acordo dos membros em torno das vantagens da pesquisa científica. No âmbito deste comportamento comum diante da ciência, pode existir discordância completa sobre o modo de entender a ciência. Pretender que os membros compartilhem de uma única concepção de ciência quer dizer diminuir enormemente a eficácia da associação.

Pode-se objetar que existem casos em que o acordo sobre as crenças é indispensável para conduzir eficazmente uma ação comum. Para um sindicato operário, por exemplo, o acordo sobre o fato que a diminuição do próprio salário dependa exclusivamente da má vontade do patrão dá força à ação para obter, deste patrão, melhoramentos salariais. Poderia se dizer, do mesmo modo, que para a defesa da paz não é tão necessário demonstrar as próprias intenções pacíficas execrando o recurso à violência, declarando preferir as soluções de compromisso etc., mas é necessário eliminar as causas da guerra e, para eliminá-las, é necessário, antes de tudo, estar de acordo sobre o fato que a guerra depende desta mais que daquela causa. Demonstrou-se que a causa da guerra é o imperialismo americano; dir-se-á que um movimento pela paz não sabe o que fazer dos pacifistas genéricos, mas deve contar apenas com aqueles que, estando convencidos que a guerra depende do imperialismo americano, estão dispostos a desenvolver várias atividades para impedir o avanço deste. Assim posta a questão, um movimento pela paz acabaria por enfraquecer-se admitindo entre as suas filas, pessoas que não estão dispostas a compartilhar a sua crença sobre as causas da guerra.

Suponhamos que se aceite esta objeção. Deriva disso, pelo menos, duas conseqüências que é bom esclarecer rapidamente:

1) Se é verdade que o acordo que une os *Partisans da Paz* não é apenas o acordo sobre a paz desejável, mas também aquele sobre a crença na responsabilidade da América em provocar a nova guerra, aqueles que não pertencem ao movimento e rejeitam aderir a ele, quando são convidados, não podem ser considerados belicistas, do momento em que a discordância deles não se refere à paz desejável, mas somente a certos julgamentos relativos, de fato, às causas da guerra. É perigoso, portanto, conduzir a polêmica, como se de um lado existissem defensores da paz e do outro, defensores da guerra, porque a realidade parece diferente: de um lado existem alguns que sustentam, com certos argumentos, que o imperialismo é a causa das guerras; de outro, todos aqueles que sustentam, sobre o mesmo assunto, com outros argumentos, opiniões diferentes.

2) Justamente porque o acordo dos *Partisans da Paz* se refere não apenas à paz desejável em geral, mas à convicção de que a causa das guerras é o imperialismo americano, este movimento é *partisan* [partidário], no sentido que, entre as várias partes em conflitos, ou melhor, entre as duas grandes partes em conflito, tomou partido decisivamente em favor de uma contra a outra.

Desta segunda conclusão jorra, inevitavelmente, a pergunta essencial relativa à eficácia do movimento dos *Partisans da Paz*: é útil que um grande movimento da paz se coloque, no atual momento histórico, ao lado de um grupo de potências contra o outro grupo? Duas pessoas estão em litígio. Se sou movido pelo desejo de restabelecer a paz entre eles, meu primeiro cuidado (e dever) será de não deixar perceber, minimamente, que estou do lado de uma parte em detrimento da outra; aliás, estou convencido que, se desejo alcançar o meu objetivo, a pacificação, devo me comportar, o máximo possível, com imparcialidade. A qualidade tradicional do pacificador é aquela de estar acima da disputa: em todas as ordens jurídicas do mundo (e certamente também nos soviéticos e nas repúblicas populares), os parentes e os amigos, aqueles que têm relações de interesse com uma das partes, são recusados como juízes ou árbitros. São pacificadores curiosos, os *Partisans da Paz*. Eles se oferecem para reestabelecer a paz entre os adversários. Mas declaram desde o início, sem nenhuma reticência, que, dos dois adversários, um tem razão e o outro está errado, que só se pode salvar a paz colocando-se de um único lado. Eles se apresentam como *partisans* [partidários] da paz, mas se apresentam também, ao mesmo tempo, como parentes, amigos, tendo relações de interesse com uma das partes. A norma sobre a recusa dos juízes suspeitos de parcialidade não vale para eles. Justamente porque não vale, eis que perde a eficácia do movimento como movimento de pacificação.

Neste ponto, pergunta-se: é possível que aqueles que dirigem o movimento dos *Partisans da Paz* não percebam esta contradição flagrante entre o objetivo do movimento e o modo com o qual se quer realizá-lo? Entre a parte do árbitro e a de advogado defensor de uma das partes? A esta pergunta poderia se dar a seguinte resposta: o comportamento do movimento não é de pacificador ou de árbitro, porque ele *não é, na realidade, um movimento de pacificação*. A contradição entre objetivo e meio não existe, não porque os *Partisans da Paz* estejam dispensados, por privilégio único, da norma que considera incompatível o estado de amigo e o de árbitro, mas mais simplesmente porque eles não são, na realidade (mesmo que muitos deles acreditem de boa-fé que o são), árbitros ou pacificadores.

A situação de fato na qual se insere a ação dos *Partisans da Paz* não é esta hipotetizada pouco acima, a dos dois adversários em uma questão controversa. É mais o caso

dos habitantes de um país que é ameaçado nos seus pertences e nas suas vidas por um feudatário prepotente, forte pelos seus soldados e pela sua riqueza. A situação se torna, a cada dia, mais intolerável e o desejo de paz é sentido cada dia mais entre os habitantes oprimidos. É absurdo pensar nestas condições, em que a prepotência armada se encontra diante da brandura desamparada, na ajuda de um pacificador imparcial. Existe apenas uma solução: reunir as forças esparsas dos súditos e organizar a resistência. Em tal hipótese, o *partisan* [partidário] da paz não é, evidentemente, o árbitro imparcial, mas aquele ou aqueles que cumprem ações adequadas para libertar o país daquela ameaça de guerra contínua que é constituída pela presença do tirano. Pode parecer um paradoxo, mas o verdadeiro *partisan* [partidário] da paz, na situação do tirano, é o *partisan* [partidário] da guerra (mesmo que fosse uma guerra em que os juristas estariam de acordo em considerar uma “guerra justa”).

Considere-se a posição real (e não aquela verbal ou suposta, mesmo se suposta de boa-fé) dos *Partisans da Paz*. Viu-se que para eles a ameaça da guerra vem de uma única parte. Para eles, portanto, não se trata mais de discutir quem tem razão e quem está errado, esta seria a tarefa do pacificador. A situação é tal que não permite hesitações: o povo engenhoso e pacífico tem razão; os patrões prepotentes estão errados. Nesta hipótese, aquele que ama realmente a paz não pode fazer senão uma coisa: impedir o prepotente de ter o domínio. Mas para impedir o prepotente de dominar, é necessário combatê-lo, mandá-lo embora, destruí-lo. Mas estes não são atos de guerra?

Procuremos ver a coisa com máxima clareza. A ameaça de guerra vem de uma única parte, isto é, do imperialismo americano. Para obter a paz é necessário eliminar a causa da guerra. Mas eliminar a causa da guerra significa, neste caso específico, eliminar o imperialismo americano. Pode-se – eis o ponto – eliminar o imperialismo americano com atos de paz, sem cumprir atos de guerra (mesmo que de guerra justa)? Pode-se declarar que a situação de fato é tal que não permite que se assuma a posição de pacificador e, ao mesmo tempo, pretender que se queira a paz como se a situação fosse apaziguável? Ou a situação é tal que nós consideramos que se possa resolver com um compromisso, e então fazemos mal, querendo a paz, em nos mostrarmos defensores de uma única parte. Fazendo isso, não apenas não extinguimos o incêndio, mas atiçamos o fogo. Ou então a situação é tal que nós consideramos que não possa ser resolvida com um compromisso porque o erro está apenas de um lado, e então fazemos bem em sustentar quem tem razão, mas fazemos mal em acreditar (suposto que somos de boa-fé) ou em fazer acreditar que nós queremos evitar a guerra, no momento em que aspiramos a uma meta que não se pode alcançar, muito provavelmente, a não ser com uma ação violenta. Em outras palavras, não é possível, pela contradição que não

o permite, colocar-se na posição sedutora do pacificador e junto, atribuir-se a parte de defensor da causa justa. A primeira tarefa é de pacificação de uma situação controversa; a outra, de correção de uma situação errada. Os *Partisans da Paz* devem dizer claramente qual das duas quer exercer, porque não se pode exercer todas as duas juntas.

Alguém pode objetar que a realidade é mais complexa que qualquer silogismo e que, de fato, os mesmos *Partisans da Paz*, mesmo declarando que o imperialismo americano é o único perigo de guerra, admitem a possibilidade da coexistência dos dois blocos contrapostos. Ora, afirmar a possibilidade de coexistência significa afirmar que é possível uma solução de compromisso entre os dois blocos. É certo que na medida em que os *Partisans da Paz* fazem esta afirmação sobre a possibilidade de coexistência, assumem a figura do pacificador mais que aquela de advogado defensor.

Está bem. Trata-se, porém, de saber como se concilia o princípio da coexistência dos dois blocos com o do imperialismo como única causa de guerra. Se aqui também tiramos algum silogismo, isto nos será perdoado. Parece-nos que não se conciliam de jeito nenhum. Afirmar que o imperialismo americano é a única causa de guerra, quer dizer que existirá perigo de guerra e, portanto, não a paz verdadeira, enquanto a América for imperialista. Ao contrário, afirmar a coexistência da América imperialista com a União Soviética pacífica significa que a América pode continuar a ser imperialista sem que exista perigo de guerra. Se a América é perigosa, como os *Partisans da Paz* sustentam, baseados no princípio de que as guerras são fruto inevitável de uma política imperialista, então, não se vê como seja possível a coexistência. Se, ao invés, uma nação pacífica como a União Soviética pode coexistir com a América, como os mesmos *Partisans [da Paz]* proclamam, seguindo o impulso natural de cada movimento pacifista, então quer dizer que a América não é mais perigosa. Não posso dizer, ao mesmo tempo, que apesar de você me ameaçar de morte, posso viver muito bem com você. Tal comportamento não pode ser ditado pelo medo ou pelo desejo de participar das suas maldades ou, mais simplesmente, do fato de que digo e desdigo, ou seja, contradigo-me. Tem-se razões para acreditar que o comportamento dos *Partisans da Paz* seja deste último tipo. A contradição nasce, em nossa opinião, ainda uma vez, da ambígua natureza do movimento que proclama a paz como principal meta, como se fosse um movimento pacifista genérico, sem perceber (ou ao menos sem querer deixar parecer) que a paz, para eles, na melhor das hipóteses, é uma meta puramente instrumental.

Assim, ainda sobre este ponto, as palavras de Stálin, no artigo citado, desalojam o campo dos equívocos e, revelando a natureza verdadeira do movimento, limitam, em um modo que pode parecer preocupante, a eficácia dele. Da passagem citada acima, de fato,

aprendemos que o fim supremo da política dos países do socialismo é a destruição do imperialismo e que o movimento dos *Partisans da Paz* não é capaz de alcançar este fim supremo. Desta tese falta uma breve passagem para concluir que, para alcançar o fim supremo, é necessária uma ação diversa daquela dos *Partisans da Paz*. E qual pode ser esta ação? Ajuda-nos, ainda, uma inequívoca frase de Stálin: “Pode ser que, por uma série de circunstâncias, a luta pela paz se desenvolva em certas zonas, transformando-se em luta pelo socialismo, mas isto *não seria mais o atual movimento pela paz, mas sim um movimento para revirar o capitalismo*” (o grifo é meu). Isto significa que, em outras palavras, para alcançar o fim supremo, a ação de paz é, como se disse desde o princípio, essencialmente conservadora, e deve se transformar em uma ação revolucionária (“reviravolta”), vale dizer – não é necessário ter medo das palavras – em uma ação de guerra. Era isto que se queria demonstrar.

Recebido em: Maio de 2014

Aprovado em: Março de 2015.